



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

PAE nº: 30.539/2023

Documento de Formalização da Demanda

1 Identificação da Demanda

1.1 Título

Contratação de empresa especializada para obtenção de uma (01) inscrição no "Curso LGPD: Direitos dos Titulares e Deveres dos Agentes de Tratamento"

1.2 Unidade Demandante

Unidade	SE-EJESC - Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral	Data	22/09/2023
Responsável pela demanda	Cláudia Regina Damasceno Luciano		

1.3 Vinculação ao Plano Anual de Contratações

Item do plano: 29 - Cursos - Inscrição

1.4 Valor Estimado

R\$399,00

2 Contexto

2.1 Motivação

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é de suma importância no cotidiano da Administração pelas consequências práticas que traz para titulares e agentes de tratamento de dados. Além disso, é uma norma complexa, exigindo constante estudo.

Assim, é grande relevância que os servidores do TRE-SC que lidem diretamente com essa matéria estejam bem capacitados, que é o que se pretende com essa ação de capacitação em relação ao servidor que irá dela participar.

2.2 Resultados Esperados

Ao final do curso espera-se que o servidor participante tenha um aprofundamento nas regras trazidas pela LGPD a respeito dos direitos do titular de dados e os deveres do agente de tratamento, permitindo que ele compreenda quais são os direitos dos titulares trazidos pela lei, bem como os deveres impostos aos agentes de tratamento.

2.3 Alinhamento Estratégico

OEAC1 e EJE-C2

2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?

Menos de 1 ano De 1 a 3 anos Mais de 3 anos

2.5 Unidades que farão uso da demanda ou serão beneficiadas

1 unidade 2 unidades 3 unidades Mais de 3 unidades

3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Karine Borges de Liz
Telefone	3769
E-mail	karinebl@tre-sc.jus.br
Nome do Servidor (substituto)	Tatiany Martins
Telefone	3814
E-mail	tatiany.martins@tre-sc.jus.br

4 Unidade Técnica

SE-EJESC - Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDOS PRELIMINARES

1. Análise de Viabilidade da Contratação

1.1. Contextualização

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018) é um marco regulatório importantíssimo quanto ao regramento e salvaguarda de direitos e fixação de deveres no que diz respeito aos dados pessoais e seus titulares.

Em razão dessa relevância, a sua aplicabilidade no âmbito da Justiça Eleitoral, interna e externamente, é imensa. Daí a necessidade de constante treinamento dos servidores que trabalham diretamente com essa matéria. Por tais motivos, se faz necessária a capacitação do servidor Giovani Moisés Pacheco na capacitação que ora se pleiteia, haja vista que está a assumir responsabilidades nessa temática na nova lotação que passou a ocupar na Coordenadoria de Gestão da Informação, que cuida dos assuntos dessa espécie.

1.2. Definição e Especificação dos Requisitos da Solução

Viabilização da inscrição do servidor Giovani Moisés Pacheco, lotado na Coordenadoria de Gestão da Informação, para participar do “Curso LGPD: Direitos dos Titulares e Deveres dos Agentes de Tratamento”, que ocorrerá de forma on-line, assíncrono. O servidor tem até 60 dias após confirmação de pagamento para realizar a capacitação, segundo informa a página da empresa na internet. O curso terá 6 horas aula.

Evento: “Curso LGPD: Direitos dos Titulares e Deveres dos Agentes de Tratamento”

Empresa: DATA PRIVACY Ensino Ltda.

CNPJ: 30.809.465/0001-59

Site para a inscrição: <https://cursos.dataprivacy.com.br/front/detalhes/108/curso-lgpd-direitos-dos-titulares-e-deveres-dos-agentes-de-tratamento>

Período: O servidor tem até 60 dias após confirmação de pagamento para realizar a capacitação.

Formato: on-line, assíncrono

Servidores: 01

Custo unitário: R\$ 399,00

Custo total: R\$ 399,00

1.2.1. Requisitos Funcionais

A empresa contratada deverá possuir experiência na área a ser ministrada. A capacitação deverá ser desenvolvida em linguagem clara, com exposições dialogadas, presenciais, abordando-se estudo de casos

1.2.2. Requisitos Não Funcionais

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.2.3. Requisitos Externos

O evento deverá estar totalmente adequado às normas e legislação vigentes.

1.3. Produtos/Serviços Disponíveis no Mercado

Considerando o conteúdo programático e a especialização do tema, a contratação será por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que esta capacitação contempla professores com experiência profissional e formação acadêmica na área do curso, conforme comprova o currículo a seguir:

Bruno Bioni

Diretor da Data Privacy Ensino Ltda e da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa. Doutor em Direito Comercial e Mestre em Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi study visitor do Departamento de Proteção de Dados Pessoais do European Data Protection Board/EDPB e do Conselho da Europa, pesquisador visitante no Centro de Pesquisa de Direito, Tecnologia e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade de Ottawa. É autor do livro Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento. É membro da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade/LAVITS, e também da International Association of Privacy Professionals – IAPP, com Certificação CIPP/E. É diretor fundador do Data Privacy Brasil, um espaço de intersecção entre uma escola de cursos e uma associação de pesquisa na área de privacidade e proteção de dados.

Renato Leite Monteiro

Doutor em Filosofia do Direito pela Universidade de São Paulo – USP. LL.M. em Direito e Tecnologia pela New York University – NYU e pela National University of Singapore – NUS. Mestre em Direito Constitucional pela UFC. Foi study visitor e consultor do Departamento de Proteção de Dados Pessoais do Conselho da Europa. Participou e colaborou ativamente das discussões e redação da Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil (LGPD). Certificações CIPP/E, CIPM e FIP. Fundador e Professor do Data Privacy Brasil.

1.4. Contratações Públicas Similares

O curso é ofertado ao público em geral, conforme anunciado no sítio eletrônico da empresa, ao preço de R\$ 399,00 cada inscrição.

Endereço do anúncio da empresa:

<https://cursos.dataprivacy.com.br/front/detalhes/108/curso-lgpd-direitos-dos-titulares-e-deveres-dos-agentes-de-tratamento>

A página acima será anexada a este Estudo Preliminar e/ou procedimento de contratação, visando demonstrar que o conteúdo ofertado, a carga horária e o preço são iguais aos propostos ao TRE-SC.

1.5. Outros Produtos/Serviços Disponíveis



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não há outros serviços disponíveis que atendam à demanda pretendida, nos exatos termos da atual necessidade.

1.6. Alternativas de Software Livre ou Público incluindo Portal do Software Público Brasileiro

Não se aplica a esta contratação.

1.7. Análise dos Produtos/Serviços Identificados e dos Custos Totais da Demanda

O valor da inscrição por participante no formato on-line e assíncrono é de R\$ 399,00 (trezentos e noventa e nove reais), utilizando-se o orçamento de Capacitação. A contratação total pela participação do servidor será de R\$ 399,00 (trezentos e noventa e nove reais).

1.8. Escolha e Justificativa do Objeto

A capacitação ofertada pela DATA PRIVACY Ensino Ltda, selecionada pelo setor requisitante (Coordenadoria de Gestão da Informação), atende à demanda apresentada, pelas razões expostas no item 1.3 deste documento

1.8.1. Descrição do Objeto

Viabilização da inscrição do servidor Giovani Moisés Pacheco, lotado na Coordenadoria de Gestão da Informação, para participar do “Curso LGPD: Direitos dos Titulares e Deveres dos Agentes de Tratamento”, que ocorrerá de forma on-line e assíncrono. O servidor tem até 60 dias após confirmação de pagamento para realizar a capacitação, segundo informa a página da empresa na internet. O curso terá 6 horas aula.

DESTAQUES DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Quais são os direitos dos titulares dos dados?

Direitos básicos dos titulares: ARCO

Direito de Acesso;

Direito de Retificação;

Direito de Cancelamento;

Direito de Oposição;

Direito à Explicação;

Direito à Revisão de Decisões Automatizadas;

Direito à Portabilidade;

Como exercer seus direitos.

2. Agentes de tratamento de dados pessoais



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Agentes de tratamento de dados e responsabilidade civil;

Obrigações gerais dos agentes;

Incidentes de segurança e Data Breach Notification.

3. Privacy by Design?

O que é Privacy by Design?

Privacy by Design na LGPD;

Privacy by Design e o ecossistema regulatório.

1.8.2. Alinhamento do Objeto

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI – TRE/SC Instrumentos Estratégicos Setoriais Planejamento estratégico da EJESC Planejamento estratégico da SGP	Objetivos estratégicos: OE1 – Fortalecimento da governança e da gestão de pessoas; OE2 – Valorização, reconhecimento, e integração dos servidores; OE3 – Promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho; OE5 – Aperfeiçoamento da seleção, do ingresso, do egresso e da adequação da força de trabalho; OE6 – Aprimoramento dos processos de trabalho, dos registros funcionais e da gestão de benefícios

1.8.3. Benefícios Esperados

Ao final deste curso espera-se que o servidor consiga obter um aprofundamento nas regras trazidas pela LGPD a respeito dos direitos do titular de dados e os deveres do agente de tratamento, possibilitando ainda que o aluno compreenda quais são os direitos dos titulares trazidos pela lei, bem como os deveres impostos aos agentes de tratamento no âmbito do TRE-SC.

1.8.4. Relação entre a Demanda Prevista e Contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
-----	---------------	------------------	-----------------------------



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1	<p>Viabilização da inscrição do servidor Giovani Moisés Pacheco, lotado na Coordenadoria de Gestão da Informação, para participar do “Curso LGPD: Direitos dos Titulares e Deveres dos Agentes de Tratamento”, que ocorrerá de forma on-line e assíncrono. O servidor tem até 60 dias após confirmação de pagamento para realizar a capacitação, segundo informa a página da empresa na internet. O curso terá 6 horas aula.</p>	1 inscrição	1 inscrição
---	--	-------------	-------------

1.9. Adequação do Ambiente

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Orçamento Estimado

A proposta apresentada tem o valor de R\$ 399,00 por participante, totalizando, a única inscrição solicitada, a soma de R\$ R\$ 399,00. Tal valor é previsto no Plano Anual de Contratações – 2023 – Anexo I, Item 29 – Cursos Inscrição, cujo valor estimado total perfaz R\$ 275.000,00.

3. Sustentação de Contrato

Não preenchido em razão do valor da contratação.

4. Estratégia para Contratação

Não preenchido em razão do valor da contratação.

5. Análise de Riscos

Não preenchido em razão do valor da contratação.

6. Declaração de Viabilidade ou não da contratação

Com base nas informações levantadas ao longo dos Estudos Preliminares e considerando que se trata de ação de capacitação importante aos indicados em razão de suas atribuições funcionais, essa equipe de planejamento considera a contratação viável.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo A - Lista de Potenciais Fornecedores

#	Nome
1	<p>Nome: Data Privacy Brasil Razão: Data Privacy Ensino Ltda. CNPJ: 30.809.465/0001-59 Site na web para a inscrição: https://cursos.dataprivacy.com.br/front/detalhes/108/curso-lgpd-direitos-dos-titulares-e-deveres-dos-agentes-de-tratamento Telefone: (11) 93406-6554. E-mail: contato@dataprivacy.com.br</p>



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Viabilização da inscrição do servidor Giovani Moisés Pacheco, lotado na Coordenadoria de Gestão da Informação, para participar do “Curso LGPD: Direitos dos Titulares e Deveres dos Agentes de Tratamento”, que ocorrerá de forma on-line, assíncrono. O servidor tem até 60 dias após confirmação de pagamento para realizar a capacitação, segundo informa a página da empresa na internet. O curso terá 6 horas aula.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018) é um marco regulatório importantíssimo quanto ao regramento e salvaguarda de direitos e fixação de deveres no que diz respeito aos dados pessoais e seus titulares.

Em razão dessa relevância, a sua aplicabilidade no âmbito da Justiça Eleitoral, interna e externamente, é imensa. Daí a necessidade de constante treinamento dos servidores que trabalham diretamente com essa matéria. Por tais motivos, se faz necessária a capacitação do servidor Giovani Moisés Pacheco na capacitação que ora se pleiteia, haja vista que está a assumir responsabilidades nessa temática na nova lotação que passou a ocupar na Coordenadoria de Gestão da Informação, que cuida dos assuntos dessa espécie.

2.2. Objetivos e Benefícios

Ao final deste curso espera-se que o servidor consiga obter um aprofundamento nas regras trazidas pela LGPD a respeito dos direitos do titular de dados e os deveres do agente de tratamento, possibilitando ainda que o aluno compreenda quais são os direitos dos titulares trazidos pela lei, bem como os deveres impostos aos agentes de tratamento no âmbito do TRE-SC.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
-------------------------	--------------------------------



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PEI	<p>OEAC1 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas</p> <p>OE1 – Fortalecimento da governança e da gestão de pessoas;</p> <p>OE2 – Valorização, reconhecimento, e integração dos servidores;</p> <p>OE3 – Promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho;</p> <p>OE5 – Aperfeiçoamento da seleção, do ingresso, do egresso e da adequação da força de trabalho; OE6 – Aprimoramento dos processos de trabalho, dos registros funcionais e da gestão de benefícios</p>
PLS	
Instrumentos Estratégicos Setoriais	C2 - Promover a formação e aperfeiçoamento contínuo de servidores

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Constantes no PAE n. 30.539/2023.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Viabilização da inscrição do servidor Giovani Moisés Pacheco, lotado na Coordenadoria de Gestão da Informação, para participar do “Curso LGPD: Direitos dos Titulares e Deveres dos Agentes de Tratamento”, que ocorrerá de forma on-line e assíncrono. O servidor tem até 60 dias após confirmação de pagamento para realizar a capacitação, segundo informa a página da empresa na internet. O curso terá 6 horas aula.	1 inscrição	1 inscrição

2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.8. Caracterização e Composição do Objeto

Evento: “Curso LGPD: Direitos dos Titulares e Deveres dos Agentes de Tratamento”

Empresa: DATA PRIVACY Ensino Ltda.

CNPJ: 30.809.465/0001-59

Site para a inscrição: <https://cursos.dataprivacy.com.br/front/detalhes/108/curso-lgpd-direitos-dos-titulares-e-deveres-dos-agentes-de-tratamento>

Período: O servidor tem até 60 dias após confirmação de pagamento para realizar a capacitação.

Formato: on-line, assíncrono

Servidores: 01

Custo unitário: R\$ 399,00

Custo total: R\$ 399,00

DESTAQUES DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Quais são os direitos dos titulares dos dados?

Direitos básicos dos titulares: ARCO

Direito de Acesso;

Direito de Retificação;

Direito de Cancelamento;

Direito de Oposição;

Direito à Explicação;

Direito à Revisão de Decisões Automatizadas;

Direito à Portabilidade;

Como exercer seus direitos.

2. Agentes de tratamento de dados pessoais

Agentes de tratamento de dados e responsabilidade civil;

Obrigações gerais dos agentes;

Incidentes de segurança e Data Breach Notification.

3. Privacy by Design?

O que é Privacy by Design?;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Privacy by Design na LGPD;

Privacy by Design e o ecossistema regulatório.

2.9. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.10. Parcelamento e Adjudicação

Não se aplica a esta contratação.

2.11. Seleção do Fornecedor

Considerando o conteúdo programático e a especialização do tema, a contratação será por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que esta capacitação contempla professores com experiência profissional e sólida formação acadêmica na área do curso, conforme comprova o currículo a seguir:

Bruno Bioni

Diretor da Data Privacy Ensino Ltda e da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa. Doutor em Direito Comercial e Mestre em Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi study visitor do Departamento de Proteção de Dados Pessoais do European Data Protection Board/EDPB e do Conselho da Europa, pesquisador visitante no Centro de Pesquisa de Direito, Tecnologia e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade de Ottawa. É autor do livro Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento. É membro da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade/LAVITS, e também da International Association of Privacy Professionals – IAPP, com Certificação CIPP/E. É diretor fundador do Data Privacy Brasil, um espaço de intersecção entre uma escola de cursos e uma associação de pesquisa na área de privacidade e proteção de dados.

Renato Leite Monteiro

Doutor em Filosofia do Direito pela Universidade de São Paulo – USP. LL.M. em Direito e Tecnologia pela New York University – NYU e pela National University of Singapore – NUS. Mestre em Direito Constitucional pela UFC. Foi study visitor e consultor do Departamento de Proteção de Dados Pessoais do Conselho da Europa. Participou e colaborou ativamente das discussões e redação da Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil (LGPD). Certificações CIPP/E, CIPM e FIP. Fundador e Professor do Data Privacy Brasil.

2.11.1. Critérios de Habilitação

A empresa deverá apresentar regularidade fiscal (junto à Receita Federal e ao FGTS) e trabalhista (junto à Justiça do Trabalho – CNDT).

2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não se aplica a esta contratação.

2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, II, combinado com o art. 13, VI, da Lei n. 8.666/1993.

2.13. Impacto Ambiental

Em razão da natureza do treinamento não há impactos ambientais decorrentes dessa contratação.

2.14. Conformidade Técnica

Não se aplica a esta contratação.

2.15. Obrigações da Proponente

Não se aplica a esta contratação.

2.16. Obrigações da Contratante

O contratante se obriga a:

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente Projeto Básico;
- b) promover a gestão deste Contrato por meio de seus representantes, os servidores titulares da Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral e da Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos, ou seus substitutos, que poderão atuar em conjunto ou isoladamente, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993 e artigo 27 da Resolução 7.928/2015; e
- c) proporcionar todas as condições para que a Contratada possa prestar os serviços dentro das normas deste Projeto Básico.

2.17. Obrigações da Contratada

A Contratada se obriga a:

- a) cumprir o programa nas condições, preço e prazo estabelecidos neste Projeto Básico e na proposta comercial, que consta do PAE n. 30.539/2023;
- b) conceder certificação aos participantes que atenderem aos requisitos de aprovação, conforme proposta; e
- c) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no PAE n. 30.539/2023.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.18. Custo estimado da contratação

O custo total da demanda é de R\$ 399,00, utilizando-se o orçamento de Capacitação. Cada inscrição é no valor de R\$ 399,00 por participante.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Conforme o item 2.8.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.1.2. Códigos SIASG

CATSERV: 17663.

3.1.3. Vigência

A presente contratação terá vigência a partir do recebimento da nota de empenho pela contratada até o recebimento definitivo do objeto.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, 29 de setembro de 2023.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos, vinculada à EJESC, manterá contato com a Contratada durante a etapa de execução do serviço, a fim de dirimir eventuais questões que possam interferir na qualidade dos serviços prestados.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESA e da Contratada

O acompanhamento dos serviços será feito pelos gestores da contratação (EJESC). Caso seja constatada falha na execução, os gestores comunicarão o fato à Contratada, para fins de solução dos problemas. Se, após notificação, a Contratada não adotar as providências necessárias à correção das falhas verificadas, os gestores da contratação comunicarão a ocorrência à Secretaria de Administração e Orçamento, para resolução do problema e eventual aplicação de penalidade.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Participação do servidor Giovani Moisés Pacheco, lotado na Coordenadoria de Gestão da Informação, no “Curso LGPD: Direitos dos Titulares e Deveres dos Agentes de Tratamento”, que ocorrerá de forma on-line, assíncrono. O servidor tem até 60 dias após confirmação de pagamento para realizar a capacitação, segundo informa a página da empresa na internet. O curso terá 6 horas aula, conforme informações constantes nos Estudos Preliminares e na página oficial da referida capacitação: <https://cursos.dataprivacy.com.br/front/detalhes/108/curso-lgpd-direitos-dos-titulares-e-deveres-dos-agentes-de-tratamento>

1.3. Instrumentos Formais

Será emitida nota de empenho para formalização da contratação, conforme o art. 62 da Lei n. 8.666/1993.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

Os gestores da contratação serão os servidores titulares da Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral e da Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos da EJESC, ou seus substitutos, que poderão atuar em conjunto ou isoladamente, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993 e artigo 27 da Resolução 7.928/2015.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

Serão realizados após a finalização da capacitação com o cumprimento da carga horária e programa:

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:
 - 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O pagamento deve ser efetuado em 1 (uma) parcela no valor de R\$ 399,00 (trezentos e noventa e nove reais), após o cumprimento de todas as obrigações pelas contratadas. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

A Nota Fiscal/Fatura deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico capacitacao@tre-sc.jus.br.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.2. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 1.11.1.4.

1.11.3. A sanção estabelecida na alínea “c” do subitem 1.11.2 é de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.4. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.4.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.4, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.4.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.5. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.2, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.6. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.6.1. Transcorrido in albis o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.6.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.2 exaure-se a esfera administrativa.